



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão das Pescas

2012/2092(BUD)

21.6.2012

PROJETO DE PARECER

da Comissão das Pescas

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre o orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2013 – todas as secções
(2012/2092(BUD))

Relator de parecer: Crescenzo Rivellini

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão das Pescas insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Salienta que o projeto de orçamento, tal como previsto pela Comissão, não é suficiente para responder às necessidades financeiras de todos os setores da pesca e dos assuntos marítimos, não obstante a importância destas atividades para o equilíbrio do setor, para a conservação dos ecossistemas marinhos e para as questões económicas, como indicam os objetivos da Estratégia Europa 2020;
2. Observa que o projeto de orçamento não tem em conta a adesão da Croácia, e que será, portanto, indispensável retificar o orçamento atempadamente, a fim de garantir um nível adequado de financiamento a este país costeiro;
3. Considera que é extremamente prejudicial, a curto e médio prazo, reduzir de forma significativa as dotações para autorizações do título 11 (- 2,7%, se se excluírem as reservas), recorda que a política comum da pesca é atualmente objeto de reforma e que, para garantir o êxito desta reforma, deverão ser disponibilizados avultados meios financeiros a fim de assegurar a sustentabilidade deste setor e o abastecimento de produtos da pesca e da aquacultura em toda a União;
4. Solicita que as dotações para autorizações sejam mantidas, na sua totalidade, ao nível do orçamento de 2012, a fim de preservar a sustentabilidade dos projetos criados neste setor pela Comissão e, simultaneamente, garantir o controlo das despesas num contexto de austeridade orçamental;
5. Considera que a proposta, que visa um aumento global das dotações para pagamentos de 3,1%, é a consequência aguardada para o final da programação plurianual do orçamento, bem como para os compromissos assumidos em anos anteriores, sobretudo em matéria de Fundo Europeu das Pescas (FEP), e que não deve ser encarada como uma tentativa da Comissão para apoiar este setor;
6. Considera indispensável fixar prioridades para as políticas em matéria de pesca e assuntos marítimos, em primeiro lugar as dotações destinadas ao FEP (11 06), ao controlo e à execução da política comum da pesca, em particular as dotações destinadas à Agência Europeia de Controlo das Pescas (11 08 05), bem como as dotações destinadas à conservação, gestão e exploração dos recursos aquáticos vivos (11 07);
7. Deplora o nível de redução de mais de 10% das dotações destinadas ao capítulo consagrado aos mercados da pesca (11 02) e observa que esta redução se deve à taxa de execução do orçamento de 2011 e ao contexto económico atual;
8. Considera excessiva a redução dos fundos disponíveis para a dimensão externa da PCP (11 03), na medida em que se prevê claramente que os próximos acordos de pesca tenham um custo elevado devido à escassez dos recursos e à instauração de um apoio territorial;

9. Considera que a ausência de dotações para autorizações destinadas à política marítima integrada (11 09) é inadmissível e põe gravemente em risco a sua futura concretização;
10. Rejeita categoricamente os cortes relativos à Agência Europeia de Controlo das Pescas, pelo que solicita ao Conselho que, pelo contrário, apoie, mediante um aumento suplementar das alterações, os esforços desta agência no interesse da União;
11. Solicita ao Conselho que reveja a sua posição quanto ao nível global das dotações destinadas ao título 11, a fim de assegurar a manutenção das dotações para autorizações ao nível de 2012 e garantir o pagamento das ações previstas anteriormente e, conseqüentemente, apoiar as prioridades definidas para os assuntos marítimos e a pesca.